

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	68
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	72
--	----

Motivos de Reapresentação	73
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	158.488
Preferenciais	0
Total	158.488
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.310.740	1.179.847
1.01	Ativo Circulante	568.479	493.268
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	129.840	87.803
1.01.03	Contas a Receber	196.097	179.292
1.01.03.01	Clientes	196.097	179.292
1.01.04	Estoques	190.858	191.600
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.615	15.017
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.615	15.017
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	690	0
1.01.06.01.02	Demais tributos correntes a recuperar	14.925	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	36.069	19.556
1.01.08.03	Outros	36.069	19.556
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	9.472	9.472
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedores	7.073	3.157
1.01.08.03.03	Outros	19.524	6.927
1.02	Ativo Não Circulante	742.261	686.579
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	299.590	281.813
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	161.314	150.318
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	70.780	61.425
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	90.534	88.893
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	138.276	131.495
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	50.027	46.564
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	48.621	48.621
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	18.145	15.330
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	15.808	15.386
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	5.075	5.075
1.02.01.09.08	Outros	600	519
1.02.02	Investimentos	7.644	678
1.02.02.01	Participações Societárias	7.644	678
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.446	480
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	198
1.02.03	Imobilizado	417.750	387.451
1.02.04	Intangível	17.277	16.637

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.310.740	1.179.847
2.01	Passivo Circulante	534.315	451.419
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.531	22.266
2.01.02	Fornecedores	142.954	149.582
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.568	24.209
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	23.568	24.209
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.085	7.451
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	8.458	8.300
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	12.025	8.458
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	266.956	172.722
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	266.956	172.722
2.01.05	Outras Obrigações	50.613	58.739
2.01.05.02	Outros	50.613	58.739
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	15.207	12.275
2.01.05.02.05	Dividendos a Pagar	16.778	16.876
2.01.05.02.06	Contas a pagar de Investimentos	8.932	21.466
2.01.05.02.07	Outros	9.696	8.122
2.01.06	Provisões	27.693	23.901
2.01.06.02	Outras Provisões	27.693	23.901
2.01.06.02.04	Provisões para Contingência	19.130	17.925
2.01.06.02.05	Provisão para Participação nos Lucros	8.563	5.976
2.02	Passivo Não Circulante	539.619	491.158
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	307.003	273.645
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	307.003	273.645
2.02.02	Outras Obrigações	112.034	109.467
2.02.02.02	Outros	112.034	109.467
2.02.02.02.03	Fornecedores	36.642	33.287
2.02.02.02.04	Parcelamento de Obrigações Tributárias	75.098	75.887
2.02.02.02.05	Outros	294	293
2.02.03	Tributos Diferidos	26.690	30.184
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.690	30.184
2.02.04	Provisões	93.892	77.862
2.02.04.02	Outras Provisões	93.892	77.862
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	71.502	58.559
2.02.04.02.05	Provisão para Contingências	12.022	9.738
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	10.368	9.565
2.03	Patrimônio Líquido	236.806	237.270
2.03.01	Capital Social Realizado	76.565	76.565
2.03.04	Reservas de Lucros	143.749	143.749
2.03.04.01	Reserva Legal	12.481	12.481
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	66.201	66.201
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	22.198	22.198
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	42.869	42.869
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	11.084	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.408	16.956

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	223.395	191.905
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-150.714	-130.267
3.03	Resultado Bruto	72.681	61.638
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-36.896	-37.778
3.04.01	Despesas com Vendas	-35.611	-29.497
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.252	-6.060
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.476	683
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	165	683
3.04.04.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	8.311	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.553	-7.713
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-5.553	-5.426
3.04.05.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	0	-2.287
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.044	4.809
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	35.785	23.860
3.06	Resultado Financeiro	-22.216	-4.483
3.06.01	Receitas Financeiras	13.381	5.788
3.06.01.01	Receitas Financeiras	13.381	5.355
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	0	433
3.06.02	Despesas Financeiras	-35.597	-10.271
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-15.071	-10.271
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	-20.526	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	13.569	19.377
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.785	-4.827
3.08.01	Corrente	-6.279	-3.537
3.08.02	Diferido	3.494	-1.290
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.784	14.550
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.784	14.550
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,06804	0,09150
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,06804	0,09150

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	10.784	14.550
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-11.248	1.620
4.02.02	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	-11.248	1.620
4.03	Resultado Abrangente do Período	-464	16.170

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-19.072	-32.453
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	44.490	23.023
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	13.569	19.377
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	6.344	6.372
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-3.044	-4.809
6.01.01.07	Provisão para Contingências	2.492	130
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	-1.811	-1.700
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	3.390	-1.501
6.01.01.10	Outras Provisões	-1.155	939
6.01.01.12	Atualizações do Empréstimo Compulsório Eletrobrás	0	-2.165
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-422	-340
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-1.641	-1.675
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	1.543	650
6.01.01.16	Decomposição de Desconto de Provisões para Contingências	997	734
6.01.01.17	Juros Provisionados de Empréstimos	6.583	5.815
6.01.01.19	Variação Cambial não realizada PBA	-11.298	1.629
6.01.01.20	Variação Cambial não realizada de empréstimos	28.943	-433
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-49.305	-51.802
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	-16.899	2.560
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	2.932	713
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	837	-24.334
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-3.463	-5.536
6.01.02.07	(Aumento)/ Redução de Tributos a Recuperar	-2.723	-1.084
6.01.02.08	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	-12.678	794
6.01.02.09	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	-3.394	-34.937
6.01.02.10	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	-3.916	5.457
6.01.02.11	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-2.174	-4.253
6.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Trabalhistas	2.792	8.636
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Contas a Pagar de Investimento	-12.534	0
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	1.915	182
6.01.03	Outros	-14.257	-3.674
6.01.03.01	Juros Pagos	-5.773	-3.674
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-8.484	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37.567	-17.810
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-35.588	-20.355
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-1.695	-11
6.02.03	Dividendos Recebidos	0	2.191
6.02.04	(Concessão)/Recebimento de Créditos com Partes Relacionadas	1.943	365
6.02.06	Integralização de Capital em Controladas	-440	0
6.02.07	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-1.787	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	98.676	16.101
6.03.01	Captção de Empréstimos e Financiamentos	134.118	31.062
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-35.344	-14.959
6.03.04	Dividendos pagos	-98	-2

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	42.037	-34.162
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	87.803	55.389
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	129.840	21.227

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	76.565	0	143.749	0	16.956	237.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	76.565	0	143.749	0	16.956	237.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.084	-11.548	-464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.784	0	10.784
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	300	-11.548	-11.248
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	300	-300	0
5.05.02.08	Variação cambial de controlada no exterior	0	0	0	0	-11.248	-11.248
5.07	Saldos Finais	76.565	0	143.749	11.084	5.408	236.806

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	46.065	-2.545	115.651	0	32.678	191.849
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	46.065	-2.545	115.651	0	32.678	191.849
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.943	1.227	16.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.550	0	14.550
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	393	1.227	1.620
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	1.620	1.620
5.05.02.08	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	393	-393	0
5.07	Saldos Finais	46.065	-2.545	115.651	14.943	33.905	208.019

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	278.253	240.640
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	277.939	238.939
7.01.02	Outras Receitas	242	1.994
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	72	-293
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-143.764	-120.834
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-111.993	-95.608
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.672	-25.226
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-99	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	134.489	119.806
7.04	Retenções	-6.344	-6.372
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.344	-6.372
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	128.145	113.434
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	52.891	16.092
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.044	4.809
7.06.02	Receitas Financeiras	49.847	11.283
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	181.036	129.526
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	181.036	129.526
7.08.01	Pessoal	42.604	38.250
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.504	33.269
7.08.01.02	Benefícios	3.820	3.024
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.280	1.957
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	61.913	56.235
7.08.02.01	Federais	31.209	30.181
7.08.02.02	Estaduais	30.461	25.819
7.08.02.03	Municipais	243	235
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	65.735	20.491
7.08.03.01	Juros	63.753	18.055
7.08.03.02	Aluguéis	1.982	2.436
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.784	14.550
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.784	14.550

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.260.450	1.132.348
1.01	Ativo Circulante	585.354	497.839
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	137.503	92.383
1.01.03	Contas a Receber	206.659	187.918
1.01.03.01	Clientes	206.659	187.918
1.01.04	Estoques	195.773	192.292
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.887	15.648
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	16.887	15.648
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	1.142	452
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	15.745	15.196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	28.532	9.598
1.01.08.03	Outros	28.532	9.598
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	5.402	1.788
1.01.08.03.02	Outros	23.130	7.810
1.02	Ativo Não Circulante	675.096	634.509
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	228.831	220.405
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	90.534	88.893
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	90.534	88.893
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	138.297	131.512
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	50.048	46.581
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	48.621	48.621
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	18.145	15.330
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	15.808	15.386
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	5.075	5.075
1.02.01.09.08	Outros	600	519
1.02.02	Investimentos	198	198
1.02.02.01	Participações Societárias	198	198
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	198
1.02.03	Imobilizado	424.120	392.585
1.02.04	Intangível	21.947	21.321

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.260.450	1.132.348
2.01	Passivo Circulante	553.102	460.243
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.892	24.501
2.01.02	Fornecedores	150.470	150.373
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.048	26.067
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.048	26.067
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.381	8.272
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	8.518	8.358
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	13.149	9.437
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	266.956	172.722
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	266.956	172.722
2.01.05	Outras Obrigações	54.363	62.302
2.01.05.02	Outros	54.363	62.302
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	18.620	15.608
2.01.05.02.05	Dividendos a pagar	16.796	16.895
2.01.05.02.06	Contas a pagar de investimentos	8.932	21.466
2.01.05.02.07	Outros	10.015	8.333
2.01.06	Provisões	28.373	24.278
2.01.06.02	Outras Provisões	28.373	24.278
2.01.06.02.04	Provisões para Contingências	19.173	17.966
2.01.06.02.05	Provisões para Participação nos Lucros	9.200	6.312
2.02	Passivo Não Circulante	470.527	434.825
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	308.041	274.646
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	308.041	274.646
2.02.02	Outras Obrigações	112.579	109.982
2.02.02.02	Outros	112.579	109.982
2.02.02.02.03	Fornecedores	36.642	33.287
2.02.02.02.04	Parcelamento de Obrigações Tributárias	75.607	76.402
2.02.02.02.05	Outros	330	293
2.02.03	Tributos Diferidos	26.690	30.184
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.690	30.184
2.02.04	Provisões	23.217	20.013
2.02.04.02	Outras Provisões	23.217	20.013
2.02.04.02.04	Provisões para Contingência	12.072	9.764
2.02.04.02.05	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	11.145	10.249
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	236.821	237.280
2.03.01	Capital Social Realizado	76.565	76.565
2.03.04	Reservas de Lucros	143.749	143.749
2.03.04.01	Reserva Legal	12.481	12.481
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	66.201	66.201
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	22.198	22.198
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	42.869	42.869
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	11.084	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.408	16.956
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	15	10

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	241.356	206.540
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-150.165	-129.707
3.03	Resultado Bruto	91.191	76.833
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-52.186	-50.479
3.04.01	Despesas com Vendas	-44.851	-35.332
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.534	-7.349
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.477	311
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	166	311
3.04.04.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	8.311	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.278	-8.109
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-8.278	-5.822
3.04.05.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	0	-2.287
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	39.005	26.354
3.06	Resultado Financeiro	-22.215	-4.551
3.06.01	Receitas Financeiras	13.570	5.874
3.06.01.01	Receitas Financeiras	13.570	5.441
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	0	433
3.06.02	Despesas Financeiras	-35.785	-10.425
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-15.259	-10.425
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	-20.526	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.790	21.803
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.979	-7.228
3.08.01	Corrente	-9.473	-5.938
3.08.02	Diferido	3.494	-1.290
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.811	14.575
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-22	-20
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-22	-20
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	10.789	14.555
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.784	14.550
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5	5
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,06804	0,09150
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,06804	0,09150

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	10.789	14.555
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-11.248	1.620
4.02.02	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	-11.248	1.620
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-459	16.175
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-464	16.170
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5	5

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.911	-28.914
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	51.085	30.347
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	16.768	21.783
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	6.483	6.424
6.01.01.07	Provisão para Contingências	2.506	130
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	-2.115	-1.700
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	3.784	-1.474
6.01.01.10	Outras Provisões	-1.105	933
6.01.01.12	Atualizações do Empréstimo Compulsório Eletrobrás	0	-2.165
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-422	-340
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-1.641	-1.675
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	1.553	650
6.01.01.16	Decomposição de Desconto de Provisões para Contingências	1.009	736
6.01.01.17	Juros Provisionados de Empréstimos	6.620	5.849
6.01.01.19	Variação cambial não realizada PBA	-11.298	1.629
6.01.01.20	Variação cambial não realizada de empréstimos	28.943	-433
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-51.739	-53.757
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	-18.835	327
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	3.012	952
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	-3.386	-24.325
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-3.467	-5.536
6.01.02.07	(Aumento)/Redução de Tributos a Recuperar	-3.364	-1.089
6.01.02.08	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	-15.401	-11
6.01.02.09	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	3.331	-34.382
6.01.02.10	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	-3.614	5.461
6.01.02.11	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-2.188	-4.434
6.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Trabalhistas	2.648	9.095
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Contas a Pagar de Investimentos	-12.534	0
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	2.059	185
6.01.03	Outros	-14.257	-5.504
6.01.03.01	Juros Pagos	-5.773	-3.674
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-8.484	-1.830
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-38.644	-20.534
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-36.950	-20.536
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-1.694	2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	98.675	16.101
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	134.118	31.062
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-35.344	-14.959
6.03.04	Dividendos pagos	-99	-2
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	45.120	-33.347
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	92.383	57.677
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	137.503	24.330

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	76.565	0	143.749	0	16.956	237.270	10	237.280
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	76.565	0	143.749	0	16.956	237.270	10	237.280
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.084	-11.548	-464	5	-459
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.784	0	10.784	5	10.789
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	300	-11.548	-11.248	0	-11.248
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	300	-300	0	0	0
5.05.02.08	Varição Cambial de controlada no Exterior	0	0	0	0	-11.248	-11.248	0	0
5.07	Saldos Finais	76.565	0	143.749	11.084	5.408	236.806	15	236.821

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	46.065	-2.545	115.651	0	32.678	191.849	8	191.857
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	46.065	-2.545	115.651	0	32.678	191.849	8	191.857
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.943	1.227	16.170	5	16.175
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.550	0	14.550	5	14.555
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	393	1.227	1.620	0	1.620
5.05.02.07	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	1.620	1.620	0	1.620
5.05.02.08	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	393	-393	0	0	0
5.07	Saldos Finais	46.065	-2.545	115.651	14.943	33.905	208.019	13	208.032

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	298.499	255.384
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	299.579	256.161
7.01.02	Outras Receitas	-1.152	-481
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	72	-296
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-149.293	-123.571
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-111.410	-95.028
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.762	-28.523
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-99	0
7.02.04	Outros	-22	-20
7.02.04.01	Resultado de Operações Descontinuadas	-22	-20
7.03	Valor Adicionado Bruto	149.206	131.813
7.04	Retenções	-6.484	-6.424
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.484	-6.424
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	142.722	125.389
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.037	11.370
7.06.02	Receitas Financeiras	50.037	11.370
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	192.759	136.759
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	192.759	136.759
7.08.01	Pessoal	47.107	40.728
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.475	35.424
7.08.01.02	Benefícios	4.071	3.138
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.561	2.166
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	68.149	60.683
7.08.02.01	Federais	37.330	34.594
7.08.02.02	Estaduais	30.563	25.837
7.08.02.03	Municipais	256	252
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	66.714	20.793
7.08.03.01	Juros	63.941	18.209
7.08.03.02	Aluguéis	2.773	2.584
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.789	14.555
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.784	14.550
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	5	5

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO 1T15

A Portobello S.A. (BM&FBovespa: PTBL3 NM) apresenta seus resultados referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2015. As informações financeiras apresentadas neste documento são derivadas das informações financeiras trimestrais consolidadas da Portobello S.A., elaboradas de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

Sobre a Portobello

A Portobello é hoje a maior empresa de revestimentos cerâmicos do Brasil, com receita bruta anual de R\$ 1,2 bilhão. Suas vendas, próxima de 34 milhões de metros quadrados, atendem o mercado interno, por meio dos canais Portobello Shop, revendas multimarcas e engenharia, além de clientes de países dos cinco continentes.

DESTAQUES

- Receita Líquida de R\$ 241 milhões, 17% superior ao primeiro trimestre de 2014;
- Lucro Bruto atinge R\$ 91 milhões, superando em 19% o mesmo período de 2014, com 37,8% de margem;
- EBITDA de R\$ 37 milhões, 6% superior ao trimestre de 2014 e margem de 15,4%;
- Rede de franquia Portobello Shop com 135 lojas;
- Fábrica do Nordeste com início das operações em abril de 2015.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O desempenho da Portobello no primeiro trimestre de 2015 é reflexo dos esforços constantes em se preparar para enfrentar um ano com cenário econômico ainda desafiador.

A Portobello, mesmo com a desaceleração econômica, pressão inflacionária mais forte nesse início de ano e em um trimestre sazonalmente mais fraco, manteve desempenho consistente com a sua estratégia de crescimento sustentável e geração de caixa, medida pelo EBITDA.

O seu modelo de negócio e a sua capacidade em adaptar-se aos diferentes cenários e mercado, somado a novas ações comerciais, permitiram à Portobello alavancar seu resultado seja pelo aumento do volume de venda ou pela melhoria do mix de vendas. Contribuíram ainda ao resultado a atuação da Administração na gestão de custos e despesas, com as ações de racionalização interna, incluindo uma análise mais criteriosa do seu plano de investimento, e a melhoria das vendas para o mercado externo, favorecida pela desvalorização do Real.

Destacamos que o plano de investimento prevê conclusão da Fábrica em Alagoas, que iniciou a sua produção neste mês de abril e que visa atender o público do norte e nordeste brasileiro, que atualmente corresponde a 25% do mercado cerâmico nacional. Com um público e portfólio específico, a fábrica será o motor da nova marca Pointer, permitindo à Companhia, ganhos de *market share*.

A Portobello Shop, por sua vez, continua com seus planos de expansão no número de lojas.

A Administração continua confiante em sua estratégia e seu modelo de negócios, mas acredita que o ano de 2015 ainda será muito desafiador, seja pelo contexto econômico adverso do país, seja pelo cenário desafiador do setor imobiliário.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

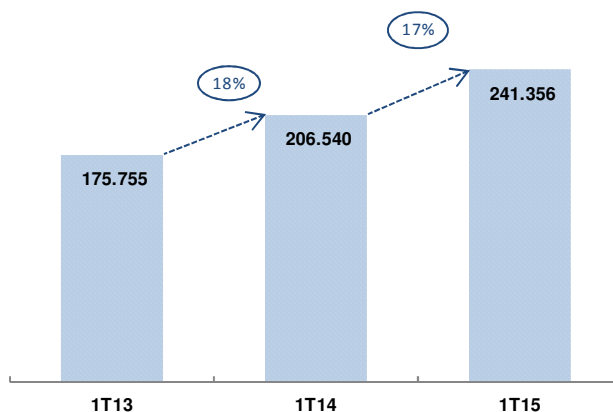
Resultado consolidado	1T13	1T14	1T15	▲%
Receita bruta	220.446	262.080	305.231	16%
Receita líquida	175.755	206.540	241.356	17%
Lucro bruto	60.044	76.833	91.191	19%
<i>Margem bruta</i>	34,2%	37,2%	37,8%	0,6 p.p.
Despesas operacionais	(34.853)	(48.192)	(60.497)	26%
Vendas	(26.121)	(35.332)	(44.851)	27%
Gerais e administrativas	(6.251)	(7.349)	(7.534)	3%
Outras receitas (despesas)	(2.481)	(5.511)	(8.112)	47%
EBIT	25.191	28.641	30.694	7%
<i>Margem EBIT</i>	14,3%	13,9%	12,7%	-1,1 p.p.
Resultado financeiro	(5.217)	(6.838)	(13.904)	103%
Tributos s/ lucro	(6.886)	(7.228)	(5.979)	-17%
Lucro líquido	13.065	14.555	10.789	-26%
<i>Margem líquida</i>	7,4%	7,0%	4,5%	-2,6 p.p.
EBITDA	28.723	35.065	37.178	6%
<i>Margem EBITDA</i>	16,3%	17,0%	15,4%	-1,6 p.p.

Receita Líquida

A receita líquida consolidada da Portobello totalizou R\$ 241 milhões no 1T15, 17% acima dos R\$ 206 milhões auferidos no mesmo período de 2014. Os principais fatores que contribuíram para o melhor desempenho foram o crescimento das lojas e vendas da rede Portobello Shop e o crescimento das vendas no mercado do Nordeste. Além disso, a Companhia vem adotando estratégia comercial diferenciada, com campanhas de vendas que contribuíram para as vendas do 1T15.

A receita líquida do mercado interno, que representou 88% do total, cresceu 14% em relação ao 1T14 com destaque para as vendas de varejo voltadas as reformas, face a contratação do mercado imobiliário. Já a receita líquida do mercado externo apresentou um crescimento de 37% comparado ao 1T14, influenciada pelo volume de vendas e depreciação do Real.

Receita Líquida



Comentário do Desempenho

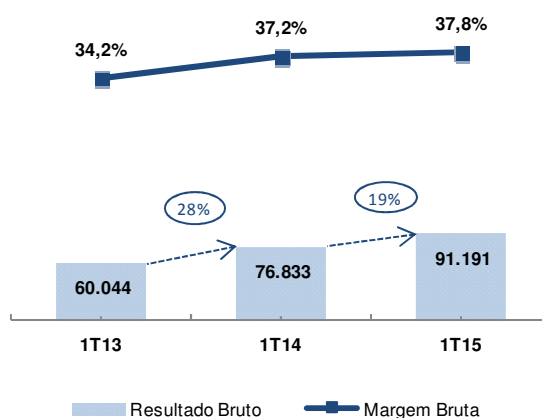
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receita líquida	1T13	1T14	1T15	▲%
Mercado Interno	160.919	184.947	211.730	14%
Mercado Externo	14.836	21.593	29.626	37%
Total	175.755	206.540	241.356	17%

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 91 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2015, apresentando um crescimento de 19% sobre o mesmo período do ano anterior. A margem bruta apresentou um ganho de 0,6 p.p.. Este resultado é reflexo também das ações relacionadas a ganho de produtividade e esforços para contenção de gastos.

Lucro Bruto



Resultado Operacional

As despesas com vendas totalizaram R\$ 45 milhões no 1T15, sendo 27% superior ao mesmo período do ano anterior, reflexo principalmente aos projetos de distribuição e logística, com abertura de centros de distribuição e expansão da sua rede de franquias – Portobello Shop. As vendas CIF (*Cost, Insurance and Freight*) que representam 2% da receita líquida consolidada, incorreram em despesas comerciais com frete de aproximadamente R\$ 3,6 milhões, 8% do total das despesas com vendas. Já as despesas administrativas totalizaram R\$ 8 milhões, 3% superior em relação a 2014.

Despesas operacionais	1T13	1T14	1T15	▲%	%RL
Vendas	(26.121)	(35.332)	(44.851)	27%	19%
Gerais e administrativas	(6.251)	(7.349)	(7.534)	3%	3%
Outras receitas (despesas)	(2.481)	(5.511)	(8.112)	47%	3%
Total	(34.853)	(48.192)	(60.497)	26%	25%

As outras despesas operacionais líquidas de R\$ 8 milhões referem-se principalmente à provisão de participação de funcionários a ser paga após o final do exercício e as despesas pré-operacionais da fábrica do Nordeste.

EBITDA

A Companhia encerra o primeiro trimestre com geração de caixa, medida pelo **EBITDA**, com total de R\$ 37 milhões, com crescimento de 6% sobre o mesmo período de 2014 e margem de 15,4%. Se os gastos com a nova fábrica do Nordeste forem desconsiderados, o EBITDA seria de R\$ 41 milhões no 1T15.

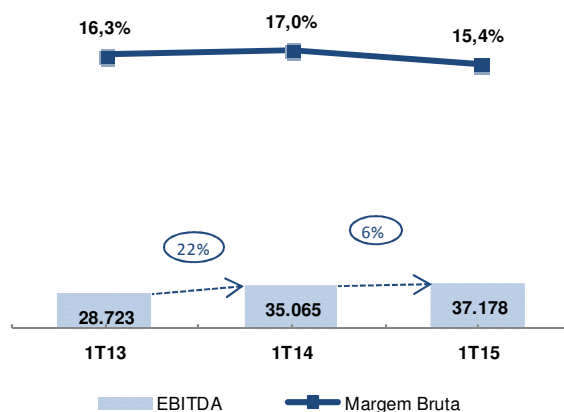
Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EBITDA	1T13	1T14	1T15	▲%	%RL
Lucro líquido	13.062	14.550	10.784	-26%	4%
(+) Resultado financeiro	5.217	6.838	13.904	103%	6%
(+) Depreciação e amortização	3.532	6.424	6.484	1%	3%
(+) Imposto de renda e contribuição social	6.886	7.228	5.979	-17%	2%
(+) Outros*	26	25	27	8%	0%
EBITDA	28.723	35.065	37.178	6%	15%
(+) Pré-Oper Fábrica de Alagoas	-	734	3.602	391%	1%
EBITDA ajustado	28.723	35.799	40.780	14%	17%

* Resultado das operações descontinuadas e a participação dos acionistas não controladores.

EBITDA



Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício foi R\$ 11 milhões, 26% inferior ao primeiro trimestre de 2014. O resultado deste trimestre é inferior ao 1T14 em função de maiores despesas financeiras.

ENDIVIDAMENTO / ESTRUTURA DE CAPITAL

Em termos nominais, o endividamento líquido da Companhia era de R\$ 431 milhões ao fim de março de 2015, o que equivale a 2,42x o EBITDA dos últimos doze meses e a 1,82 do patrimônio líquido. Esta elevação de R\$ 128 milhões do endividamento comparado com 2014 está relacionada aos investimentos em expansão, principalmente na fábrica do Nordeste. O endividamento bruto totalizava R\$ 659 milhões, sendo que aproximadamente 42% possuem vencimento no curto prazo e 58% no longo prazo.

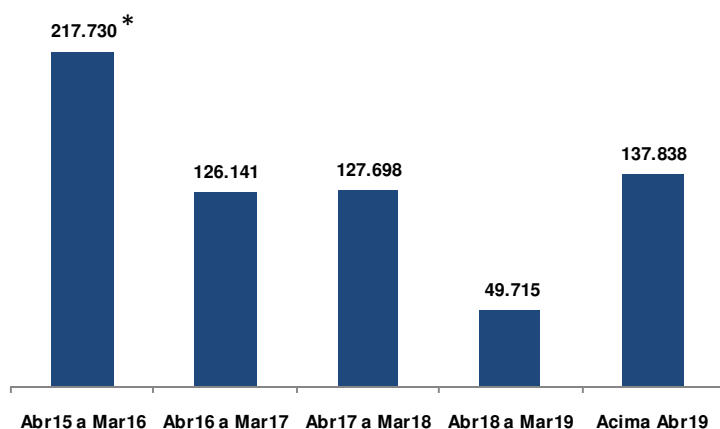
Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Endividamento	Mar-13	Mar-14	Mar-15	▲ R\$
Bancário	206.922	310.805	574.997	264.192
Tributário	129.212	112.912	84.125	(28.787)
(=) Total do endividamento	336.134	423.717	659.122	235.405
(+) Disponibilidades e títulos e valores mobiliários	(67.097)	(24.330)	(137.503)	(113.173)
(+) Créditos com Refinadora Catarinense	(90.375)	(96.215)	(90.534)	5.681
(=) Total do endividamento líquido	178.662	303.172	431.085	127.913
EBITDA (últimos 12 meses)	131.503	162.467	178.194	15.727
(=) Liquidez corrente	1,23	1,08	1,18	-
(=) ROE (Lucro líquido / PL)	0,07	0,06	0,05	-
(=) Dívida líquida / EBITDA	1,36	1,87	2,42	-
(=) Dívida líquida / PL	1,27	1,46	1,82	-

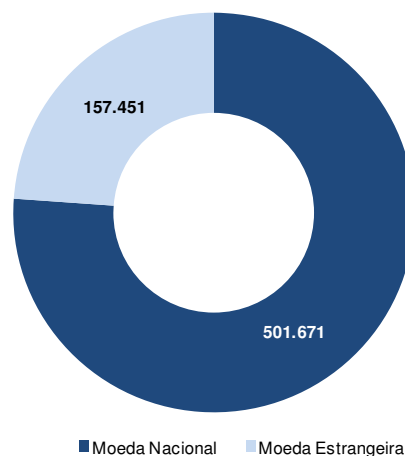
O saldo da dívida bancária bruta em 31 de março de 2015 totaliza R\$ 575 milhões, comparado aos R\$ 311 milhões de 31 de dezembro de 2014.

**Cronograma de Amortização
(endividamento bruto)**



* Foi considerado o passivo ajustado apresentado no Balanço Patrimonial abaixo.

Origem da Dívida



Resultado financeiro	1T13	1T14	1T15	▲%	%RL
Receitas financeiras	5.409	5.874	(6.956)	-	-3%
Despesas financeiras	(9.644)	(10.425)	(15.259)	46%	6%
Outros ganhos (perdas)	(982)	(2.287)	8.311	-	-3%
Total	(5.217)	(6.838)	(13.904)	103%	6%

INVESTIMENTOS

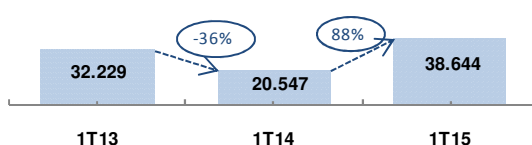
No 1T15 os investimentos em ativos fixos destinados a projetos de crescimento, totalizaram R\$ 38,6 milhões e referem-se principalmente ao programa de expansão com a construção de uma fábrica no Nordeste.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A fábrica no Nordeste tem à disposição um milhão de m² de área para expansão e na primeira etapa das operações irá gerar 1.000 empregos (diretos e indiretos). Financiada pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, a fábrica tem um orçamento de R\$ 210 milhões, que serão desembolsados até o fechamento deste 1º Semestre, quando sua produção deve ser iniciada. O Capex deve alcançar R\$ 149 milhões e, em 2015, produção de cerca de 16 milhões m², seguida de uma receita bruta de aproximadamente R\$ 211 milhões.

Investimentos



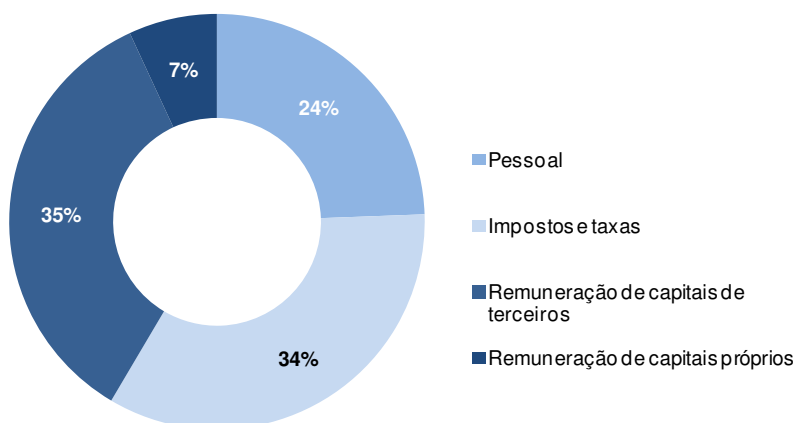
Além disso, visando sustentar os projetos de crescimento, a Companhia vem investindo em um novo modelo logístico, através da criação de centros de distribuição em locais estratégicos, sendo que já conta com um no estado de Pernambuco e três no estado de São Paulo (Rio Claro, Itapecerica e Jundiá).

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2014 aprovou a proposta da Administração de distribuir dividendos adicionais de 25%, conforme previsto no Acordo de Acionistas, além dos dividendos mínimos obrigatórios. O montante a pagar será de R\$ 38.686 mil, cerca de R\$ 0,244 (líquido dos pagamentos feitos em setembro de 2014). A data de pagamento será divulgada oportunamente.

Valor adicionado

O valor adicionado no 1T15 totalizou R\$ 193, no 1T14 totalizou R\$ 137. Deste montante, 34% do valor adicionado total, foram destinados aos Governos Federal, Estadual e Municipal na forma de impostos, taxas e contribuições, 24% para remuneração do trabalho (pessoal) e os 42% pra remuneração dos acionistas e de terceiros.



DESEMPENHO DAS AÇÕES PTBL3

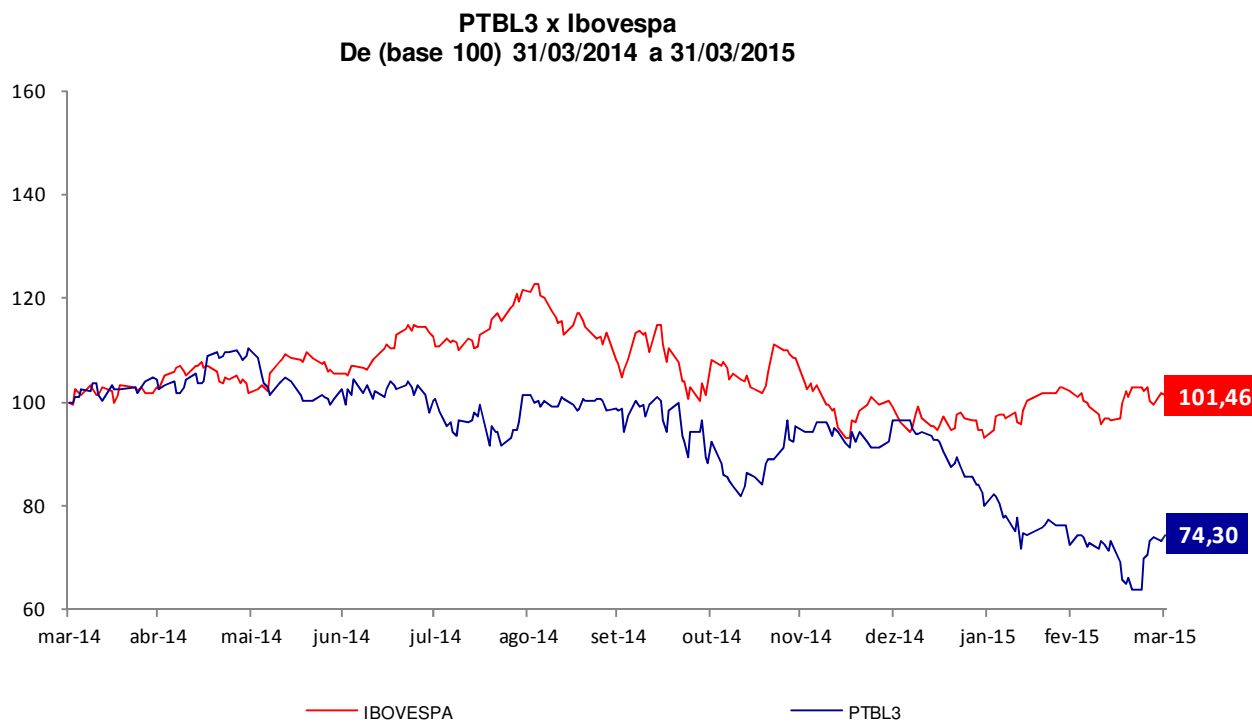
As ações ordinárias emitidas pela Portobello, negociadas na BM&FBovespa sob o código PTBL3, encerraram o último pregão de março de 2015 cotadas a R\$ 3,70, resultando em uma desvalorização de 25% nos últimos doze meses, enquanto o Ibovespa reduziu 1,4%.

O volume financeiro médio negociado nos últimos doze meses foi de R\$ 9,5 milhões, apresentando uma redução de 27% frente aos R\$ 13,0 milhões do mesmo período de 2014.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao final do 1T15, a Portobello apresentava um valor de mercado equivalente a R\$ 586 milhões (R\$ 761 milhões em 31 de dezembro de 2014).



PERSPECTIVAS

- Com o menor crescimento econômico, as vendas da Companhia ficaram abaixo das expectativas da Administração no início de 2015, refletindo em despesas e custos proporcionalmente maiores que os níveis adequados ao faturamento atual. A Companhia acredita que o cenário econômico de baixo crescimento, perdurará em 2015 e, com isso, a Administração vem implementando planos de contenção de despesas e otimização de custos, buscando readequar sua estrutura para atingir os resultados planejados;
- A Companhia ainda prevê desafios na manutenção de seus custos em 2015, em função do aumento da taxa de câmbio e das elevadas taxas de inflação;
- As expectativas para o setor imobiliário, como já vêm sinalizando diversos indicadores do setor, são de desaquecimento, cujo impacto se dará principalmente na demanda de nosso canal engenharia. A Administração já vem implementando ações, por meio de políticas comerciais e gestão de mix de produtos, para mitigar esses efeitos;
- A Portobello Shop mantém seu plano de expansão acreditando alcançar a marca de 150 lojas ao final do exercício 2015;

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política da Portobello em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se fundamenta nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante o primeiro trimestre de 2015, a Companhia não contratou os auditores independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa.

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração		Diretoria	
Nome	Cargo	Nome	Cargo
Cesar Bastos Gomes	Presidente	Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente (Diretor Presidente)	Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Conselheiro (Diretor Vice-Presidente)	John Shojiro Suzuki	Diretor Financeiro/Relações com Investidores
Nilton Torres de Bastos Filho	Conselheiro	Mauro do Valle Pereira	Diretor Corporativo
Maurício Levi	Conselheiro (Independente)		
Plínio Villares Musetti	Conselheiro (Independente)		
Glauco José Côte	Conselheiro (Independente)		
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro (Independente)		
Geraldo Luciano Mattos Júnior	Conselheiro (Independente)		

Visite o site de Relações com Investidores: www.portobello.com.br/ri

Balanco Patrimonial - Ativo

R\$ mil	31-mar-15	31-dez-14
Circulante	585.354	497.839
Disponibilidades	137.503	92.383
Contas a Receber	206.659	187.918
Estoques	195.773	192.292
Impostos a Recuperar	16.887	15.648
Outras Contas a Receber	28.532	9.598
Não Circulante	675.096	634.509
Realizável a Longo Prazo	228.831	220.405
Depósitos Judiciais	50.048	46.581
Impostos a Recuperar	18.145	15.330
Ativo Tributário	15.808	15.386
Créditos com Partes Relacionadas	90.534	88.893
Recebeveis da Eletrobrás	48.621	48.621
Outros Ativos Não Circulante	5.675	5.594
Investimentos	198	198
Imobilizado	424.120	392.585
Intangível	21.947	21.321
Total do Ativo	1.260.450	1.132.348

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial - Passivo

R\$ mil	31-mar-15 <i>"Ajustado"*</i>	31-mar-15 <i>Atual</i>	31-dez-14
Circulante	495.358	553.102	460.243
Empréstimos e Financiamentos	209.212	266.956	172.722
Fornecedores	150.470	150.470	150.373
Impostos e Contribuições Sociais	26.048	26.048	26.067
Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.892	26.892	24.501
Adiantamentos de Clientes	18.620	18.620	15.608
Dividendos a Pagar	16.796	16.796	16.895
Provisões	28.373	28.373	24.278
Outros	18.947	18.947	29.799
Não Circulante	528.271	470.527	434.825
Fornecedores	36.642	36.642	33.287
Empréstimos e Financiamentos	365.785	308.041	274.646
Imposto de Renda e Cont. Social Diferidos	26.690	26.690	30.184
Parcelamento de Obrigações Tributárias	75.607	75.607	76.402
Provisões	23.217	23.217	20.013
Outros	330	330	293
Patrimônio Líquido	236.821	236.821	237.280
Capital Social	76.565	76.565	76.565
Reservas de Lucro	143.749	143.749	143.749
Outros Resultados Abrangentes	5.408	5.408	16.956
Lucros Acumulados	11.084	11.084	-
Part Acionistas Não Controladores	15	15	10
Total do Passivo	1.260.450	1.260.450	1.132.348

* Em 31 de março de 2015 não foram atingidas cláusulas mínimas de "covenants" de um dos contratos de empréstimos e a Companhia já fez a solicitação do "waiver" junto ao credor, que concedeu aprovação preliminar e está aguardando a formalização desta dispensa. Portanto, no passivo "ajustado", esta obrigação está classificada no não circulante considerando obtenção do "waiver".

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxo de Caixa

R\$ mil	1T15	1T14	Var.%
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(14.911)	(28.914)	(48)
Caixa Gerado nas Operações	(654)	(23.410)	(97)
Outros	(14.257)	(5.504)	159
Juros Pagos	(5.773)	(3.674)	57
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(8.484)	(1.830)	364
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(38.644)	(20.534)	88
Aquisição do Ativo Imobilizado	(36.950)	(20.536)	80
Aquisição do Ativo Intangível	(1.694)	2	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	98.675	16.101	513
Captação de Empréstimos e Financiamentos	134.118	31.062	332
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(35.344)	(14.959)	136
Dividendos pagos	(99)	(2)	4.850
Aumento/(Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	45.120	(33.347)	-
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	92.383	57.677	60
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	137.503	24.330	465

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Portobello S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 09 de dezembro de 2014, e que detém em 31 de março de 2015 53,99% das ações da sociedade. Os 46,01% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa nº 35; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra sete lojas; (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede com 135 lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; e a (v) Companhia Brasileira de Cerâmica responsável pelas atividades na região nordeste.

2 Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

As informações trimestrais individuais e consolidadas, foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais estão em consonância.

As referidas informações trimestrais foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerido nas normas.

Na elaboração das informações trimestrais é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as informações trimestrais de 31 de março de 2015. Essas demonstrações contábeis, portanto, devem ser lidas em conjunto.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais de 31 de março de 2015, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

a) Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01 de janeiro de 2016

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Revisão do IAS 16 e IAS 41 – Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola: A alteração tem como objetivo definir e incluir o conceito de árvore frutífera no escopo do IAS 16. A Companhia não possui operações dessa natureza.
- Revisão do IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização: A modificação tem o propósito de incluir informações sobre o conceito de expectativa futura de redução no preço de venda e esclarecer sobre o método de depreciação baseado na receita gerada por uma atividade. A Companhia entende que a referida revisão não terá impacto em suas demonstrações contábeis uma vez que se trata apenas da inclusão de esclarecimentos.
- Revisão do IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas (joint operation): A alteração requer que o adquirente de uma participação em operação conjunta que constitui um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios do IFRS 3, e de outros pronunciamentos, exceto aqueles que entram em conflito com o IFRS 11. A Companhia avaliará os efeitos oriundos da aplicação da referida revisão em caso de eventual aquisição de operações conjuntas.

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01 de janeiro de 2017

- IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes: O pronunciamento estabelece princípios para uma entidade reconhecer a receita na transferência de produtos ou serviços no montante em que reflita o que a entidade espera receber em troca do produto entregue ou serviço prestado. A norma ainda estabelece 5 passos para o reconhecimento da receita. Adicionalmente fornece instruções para a divulgação das informações aos usuários sobre a natureza, quantidade, tempestividade e a incerteza das receitas e fluxo de caixa decorrentes dos contratos da entidade com clientes. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

b) Sistema EmpresasNet (ENET)

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet - ENET” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

c) Aprovação das informações trimestrais

As informações trimestrais ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de maio de 2015.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a receber	43.882	34.118	43.882	34.118
Conta corrente	4.886	19.475	4.886	19.475
Créditos com controladas	65.681	54.383	-	-
Ativos expostos	114.449	107.976	48.768	53.593
Provisão para perdas em investimentos	(65.398)	(54.128)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(28.563)	(46.721)	(28.563)	(46.721)
Empréstimos e financiamentos	(161.268)	(136.441)	(161.268)	(136.441)
(-) Operação Swap 109% CDI	48.185	39.160	48.185	39.160
Passivos expostos	(207.044)	(198.130)	(141.646)	(144.002)
Exposição líquida	(92.595)	(90.154)	(92.878)	(90.409)

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a receber	486	293	486	293	9.585	9.387	9.585	9.387
Conta corrente	-	-	-	-	1.523	7.332	1.523	7.332
Créditos com controladas	-	-	-	-	20.474	20.474	20.474	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(20.386)	(20.378)	(20.386)	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(2.320)	(6.193)	(2.320)	(6.193)	(6.495)	(1.010)	(6.495)	(1.010)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(50.271)	(51.659)	(50.271)	(51.659)
(-) Operação Swap 109% CDI	-	-	-	-	15.020	15.026	15.020	15.026
	(1.834)	(5.900)	(1.834)	(5.900)	(30.550)	(20.828)	(30.550)	(20.924)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados em até um ano de suas exportações.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme descrito na nota explicativa nº 4.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora							
	31 de março de 2015				31 de dezembro de 2014			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedor e ctas pg investimento	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedor	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	267.085	209	143.232	6.271	172.586	476	157.715	8.300
Entre um e dois anos	222.282	-	36.642	17.498	199.094	-	33.287	17.182
Entre dois e cinco anos	56.817	-	-	26.247	58.704	-	-	25.773
Acima de cinco anos	36.925	-	-	33.540	23.931	-	-	32.932
	583.109	209	179.874	83.556	454.315	476	191.002	84.187

*A variação do total de empréstimos apresentadas nessa tabela refere-se ao AVP do Prodec, vide nota explicativa 20 i.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	31 de março de 2015				31 de dezembro de 2014			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedor e ctas pg investimento	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedor	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	267.085	209	150.748	6.315	172.586	476	158.506	8.358
Entre um e dois anos	223.320	-	36.642	17.616	199.094	-	33.287	17.298
Entre dois e cinco anos	56.817	-	-	26.424	59.705	-	-	25.947
Acima de cinco anos	36.925	-	-	33.770	23.931	-	-	33.157
	<u>584.147</u>	<u>209</u>	<u>187.390</u>	<u>84.125</u>	<u>455.316</u>	<u>476</u>	<u>191.793</u>	<u>84.760</u>

*A variação do total de empréstimos apresentadas nessa tabela refere-se ao AVP do Prodec, vide nota explicativa 20 i.

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de março de 2015 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 12,60% e TJLP de 5,50%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Operação	Consolidado em Reais							
	31 de março de 2015	Risco	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações (remuneradas 101,43% CDI)	129.660	Baixa CDI	12,60%	16.571	9,45%	12.428	6,30%	8.285
	<u>129.660</u>			<u>16.571</u>		<u>12.428</u>		<u>8.285</u>
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(32.022)	Alta CDI	12,60%	(4.035)	15,75%	(5.043)	18,90%	(6.052)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(200.877)	Alta CDI	12,60%	(25.311)	15,75%	(31.638)	18,90%	(37.966)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(44.148)	Alta CDI	12,60%	(5.563)	15,75%	(6.953)	18,90%	(8.344)
Empréstimos - BNDES	(14.490)	Alta TJLP	5,50%	(797)	6,88%	(996)	8,25%	(1.195)
	<u>(291.537)</u>			<u>(35.706)</u>		<u>(44.630)</u>		<u>(53.557)</u>

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de março de 2015 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas Demonstrações Contábeis Intermediárias. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado em Reais						
	31 de março de 2015	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	43.882	3,2080	-	4,0100	10.971	4,8120	21.941
Conta corrente	4.886	3,2080	-	4,0100	1.222	4,8120	2.443
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(28.563)	3,2080	-	4,0100	(7.141)	4,8120	(14.282)
Empréstimos e financiamentos	(161.268)	3,2080	-	4,0100	(40.317)	4,8120	(80.634)
(-) Operação Swap 109% CDI	48.185	3,2080	-	4,0100	12.046	4,8120	24.092
Exposição líquida	(92.878)	3,2080	-	4,0100	(23.219)	4,8120	(46.440)

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2015 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Empréstimos e financiamentos	573.959	446.367	574.997	447.368
Parcelamento de obrigações tributárias	83.556	84.187	84.125	84.760
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(129.840)	(87.803)	(137.503)	(92.383)
Créditos com outras pessoas ligadas	(90.534)	(88.893)	(90.534)	(88.893)
Dívida líquida	437.141	353.858	431.085	350.852
Total do patrimônio líquido	236.806	237.270	236.821	237.280
Total do capital	673.947	591.128	667.906	588.132
Índice de alavancagem financeira (%)	65	60	65	60

Em 31 de março de 2015 a Companhia conta com linhas de créditos disponíveis, porém não utilizadas no montante de R\$ 44.822.

Adicionalmente a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 147.784, cuja finalidade é o investimento na nova unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL). Em agosto de 2014, houve a primeira liberação, onde a Companhia captou o montante de R\$ 29.221, e em janeiro de 2015 ocorreu a liberação da segunda parcela no montante de R\$ 45.765 ficando com um saldo disponível de R\$ 72.798.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativos, empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	129.840	87.803	137.503	92.383
Contas a receber de clientes	196.097	179.292	206.659	187.918
	<u>325.937</u>	<u>267.095</u>	<u>344.162</u>	<u>280.301</u>
Passivo, outros passivos financeiros				
Fornecedores	142.954	149.582	150.470	150.373
Contas a pagar de investimentos	8.932	21.466	8.932	21.466
Empréstimos e financiamentos	573.959	446.367	574.997	447.368
Parcelamento de obrigações tributárias	83.556	84.187	84.125	84.760
	<u>809.401</u>	<u>701.602</u>	<u>818.524</u>	<u>703.967</u>

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Conta corrente	6.258	22.329	6.992	24.097
Aplicações financeiras	123.582	65.474	130.511	68.286
	<u>129.840</u>	<u>87.803</u>	<u>137.503</u>	<u>92.383</u>

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em março de 2015 foi equivalente a 101,43% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

Em 31 de março de 2015, do montante de R\$ 6.258 disponíveis em conta corrente, R\$ 4.886 (R\$ 19.475 em 31 de dezembro de 2014) correspondem à conta corrente internacional, no Banco Citibank de Nova Iorque, recursos estes utilizados para pagamento de investimentos em equipamentos importados para a fábrica do Nordeste.

5 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

A Companhia possui duas operações de *Swap*, que visam proteger os pagamentos futuros dos empréstimos e financiamentos nas modalidades abaixo, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Estas operações estão classificadas no passivo não circulante, conforme segue:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 50.000 ao custo de 9,8% ao ano pré-fixado, mas com *Swap* para CDI+1,60% ao ano e prazo de pagamento em 60 meses com carência de 24 meses. As amortizações são semestrais e iniciaram em dezembro de 2014.

O valor atualizado desta operação de *Swap* de taxa de juros foi registrado líquido no passivo circulante no montante de R\$ 501 e a parcela reconhecida no resultado no trimestre findo em 31 de março de 2015 totaliza uma perda de R\$ 764 (perda de R\$ 366 em 31 de dezembro de 2014).

- Em novembro de 2014 a Companhia celebrou uma operação de Crédito Exportação (NCE) no valor de US\$ 15.000, equivalente a R\$ 37.650 ao custo de 1,65% a.a + LIBOR-03 + variação cambial, ao ano, mas com *Swap* para CDI à taxa de 109% ao ano e prazo de pagamento em 36 meses com carência de 12 meses. As amortizações são trimestrais com início em novembro de 2015.

O valor atualizado desta operação de *Swap* de taxa de juros foi registrado líquido, sobre a rubrica "Outros" no ativo circulante no montante de R\$ 9.346 e a parcela reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de março de 2015 totaliza um ganho ainda não realizado de R\$ 8.427.

A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	151.825	144.640	162.387	153.266
Mercado externo	43.882	34.118	43.882	34.118
	<u>195.707</u>	<u>178.758</u>	<u>206.269</u>	<u>187.384</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.397	1.634	1.397	1.634
	<u>1.397</u>	<u>1.634</u>	<u>1.397</u>	<u>1.634</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(954)	(1.026)	(954)	(1.026)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(53)	(74)	(53)	(74)
	<u>(1.007)</u>	<u>(1.100)</u>	<u>(1.007)</u>	<u>(1.100)</u>
	<u>196.097</u>	<u>179.292</u>	<u>206.659</u>	<u>187.918</u>

A movimentação da provisão para devedores duvidosos de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2014	1.026	1.026
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber	(72)	(72)
Em 31 de março de 2015	<u>954</u>	<u>954</u>

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação provisionados e não provisionados

	Controladora							
	31 de março de 2015	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2014	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	180.457	180.457	-	-	169.411	169.411	-	-
Vencidos até 30 dias	12.242	-	12.208	34	7.796	-	7.785	11
Vencidos de 31 a 90 dias	3.170	-	3.053	117	1.899	-	1.777	122
Vencidos de 91 a 360 dias	723	-	392	331	761	-	348	413
Vencidos há mais de 360 dias	512	-	40	472	525	-	45	480
	197.104	180.457	15.693	954	180.392	169.411	9.955	1.026

	Consolidado							
	31 de março de 2015	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2014	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	190.125	190.125	-	-	177.675	177.675	-	-
Vencidos até 30 dias	12.450	-	12.416	34	7.979	-	7.968	11
Vencidos de 31 a 90 dias	3.569	-	3.452	117	2.145	-	2.023	122
Vencidos de 91 a 360 dias	1.010	-	679	331	692	-	279	413
Vencidos há mais de 360 dias	512	-	40	472	527	-	47	480
	207.666	190.125	16.587	954	189.018	177.675	10.317	1.026

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de março de 2015, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 82.698 (R\$ 79.126 em 31 de dezembro de 2014).

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Produtos acabados	171.215	158.259	172.866	158.951
Produtos em processo	5.818	5.407	5.818	5.407
Matérias-primas e materiais de consumo	15.302	16.150	18.566	16.150
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(6.770)	(6.675)	(6.770)	(6.675)
Importações em andamento	5.293	18.459	5.293	18.459
	190.858	191.600	195.773	192.292

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Mercado interno	6.772	3.136	5.101	1.767
Mercado externo	301	21	301	21
	<u>7.073</u>	<u>3.157</u>	<u>5.402</u>	<u>1.788</u>

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante				
ICMS (a)	13.607	13.828	13.857	13.828
IPI (b)	1.084	1.023	1.113	1.023
IRPJ/CSLL	690	-	1.142	452
PIS/COFINS	-	-	358	-
Outros	234	166	417	345
	<u>15.615</u>	<u>15.017</u>	<u>16.887</u>	<u>15.648</u>
Não circulante *				
ICMS	4.176	4.070	4.176	4.070
PIS/COFINS	13.969	11.260	13.969	11.260
	<u>18.145</u>	<u>15.330</u>	<u>18.145</u>	<u>15.330</u>

* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições no ativo imobilizado.

a) Crédito presumido sobre produtos importados

Desde 2012 a Companhia utiliza o benefício Pró-emprego (TTD) que reduz o ICMS (crédito presumido) na venda de produtos importados através dos portos de Santa Catarina.

Conservadoramente, a Portobello entendeu que não caberia o crédito presumido do ICMS na revenda de produtos importados quando a saída se dava a não contribuinte do ICMS, em especial às empresas construtoras e incorporadoras.

Em 2014, a Companhia contratou uma consultoria para efetuar um trabalho de revisão do ICMS, e foi identificada a possibilidade do aproveitamento desse crédito, inclusive de forma extemporânea. Assim, em 31 de dezembro de 2014, do montante de R\$ 13.828 registrado no ativo circulante, R\$ 8.743 refere-se ao reconhecimento dos créditos fiscais de ICMS referidos acima.

b) Redução dos percentuais das alíquotas de IPI

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de março de 2015, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 90.534 (R\$ 88.893 em 31 de dezembro de 2014) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 3 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013 e abril de 2014, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824 e R\$ 9.995, respectivamente.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

11 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 24) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Cível	36.644	33.289	36.665	33.307
Trabalhista	9.379	9.347	9.379	9.347
Tributária	4.004	3.928	4.004	3.927
	50.027	46.564	50.048	46.581

A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização,

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo. Razão pela qual o saldo de depósito judicial cível apresenta aproximadamente R\$ 36 milhões.

12 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contabilidade apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contabilidade apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contabilidade da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contabilidade da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136, registrada sob rubrica "Outras receitas operacionais".

Em 01 de agosto de 2014, a contabilidade da Justiça Federal condenou a Eletrobrás ao pagamento do montante apurado pela perícia, no total de R\$ 35.395, mas com data base de agosto de 2013. A partir dessa liquidação por arbitramento, a Portobello interpôs agravo de instrumento contra a decisão proferida nesses autos, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos critérios a serem adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, a Companhia decidiu de forma conservadora, interromper a atualização do ativo momentaneamente, até que se tenha nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo.

Em 31 de março de 2015, o valor do ativo foi atualizado pela Companhia até de 30 de julho de 2014 é de R\$ 48.621. Importa dizer que o valor apurado pela perícia é com data-base agosto de 2013, enquanto que o valor atualizado pela Companhia conforme mencionado anteriormente, está atualizado até julho de 2014.

13 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Imposto de renda	690	-	1.096	406	(2.252)	(5.490)	(3.205)	(6.103)
Contribuição social	-	-	46	46	(833)	(1.961)	(1.176)	(2.169)
	690	-	1.142	452	(3.085)	(7.451)	(4.381)	(8.272)

Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Contábeis Intermediárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo	16.874	17.133
Diferenças temporárias	16.874	17.133
Portobello previdência	(1.725)	(1.725)
Provisão para ajuste a valor de mercado	2.188	2.209
Provisão para contingências	8.941	8.470
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	1.212	494
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	6.436	5.284
Outras diferenças temporárias ativas	(178)	2.401
Passivo	(43.564)	(47.317)
Diferenças temporárias	(43.564)	(47.317)
Realização da reserva de reavaliação	(20.172)	(20.326)
Recebíveis da Eletrobrás	(16.531)	(16.531)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(5.375)	(5.231)
Ajuste a valor presente	(3.162)	(2.803)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(4.836)	(4.742)
Variações cambiais pelo regime de caixa	6.512	2.316
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(26.690)	(30.184)

A movimentação líquida em 31 de março de 2015 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>(30.184)</u>
Diferenças temporárias ativas	(259)
Diferenças temporárias passivas	3.599
Reserva de reavaliação	154
Em 31 de março de 2015	<u>(26.690)</u>

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de março de 2014</u>
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Base negativa de CSLL	-	(160)
Portobello previdência	-	(32)
Provisão para ajuste a valor de mercado	(21)	254
Provisão para contingências	471	249
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	718	-
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	1.152	(510)
Outras diferenças temporárias ativas	(2.579)	214
	<u>(259)</u>	<u>15</u>
Realização da reserva de reavaliação	154	134
Recebíveis da Eletrobrás	-	(736)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(144)	(115)
Ajuste a valor presente	(359)	(71)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(94)	-
Variações cambiais pelo regime de caixa	4.196	(517)
	<u>3.753</u>	<u>(1.305)</u>
	<u>3.494</u>	<u>(1.290)</u>

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Lucro antes do imposto	13.569	19.377	16.790	21.803
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(4.614)	(6.588)	(5.709)	(7.413)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	1.035	1.635	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	512	193	512	161
Depreciação de ativos reavaliados	(89)	(134)	(89)	(134)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(3.123)	1.357	(4.187)	1.448
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(6.279)	(3.537)	(9.473)	(5.938)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	3.494	(1.290)	3.494	(1.290)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(2.785)	(4.827)	(5.979)	(7.228)
Aliquota efetiva	20,5%	24,9%	35,6%	33,2%

14 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. A Companhia tem expectativa de realização deste ativo em médio prazo. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 31 de março de 2015 é de R\$ 15.808 (R\$ 15.386 em 31 de dezembro de 2014).

15 Ativos contingentes

Os ativos contingentes referem-se aos processos judiciais de nos 1998.34.00.029022-4 e 1984.00.020114-0 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Com efeito, o processo nº 1998.34.00.029022-4 teve sua liquidação de sentença transitada em julgado em março de 2015. O escritório de advocacia Souza Cescon Barriou & Flesch, instado a apurar o valor dos créditos judiciais declarados, quantificou o direito da Companhia em face da União Federal em R\$ 112.736, base fevereiro de 2012. Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, submetido a perícia judicial realizada pela Justiça Federal do Distrito Federal, o valor apurado foi de R\$ 5.489, base maio de 2014.

16 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	31 de dezembro de 2014	Variações cambiais	Integração de capital	Resultado equivalência patrimonial	AFAC	31 de março de 2015
Provisão para perdas em investimentos									
Portobello América Inc. (a)	(65.398)	(22)	100%	(54.130)	(11.248)	-	(22)	-	(65.400)
PBTech Ltda.	(3.578)	499	99,94%	(4.076)	-	-	499	-	(3.577)
Mineração Portobello Ltda.	(168)	117	99,76%	(287)	-	-	117	-	(170)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	(571)	(2.786)	98,00%	(66)	-	440	(2.729)	-	(2.355)
				(58.559)	(11.248)	440	(2.135)	-	(71.502)
Investimentos - Participação em controladas									
Portobello Shop S.A.	5.659	5.185	99,90%	480	-	-	5.179	1.787	7.446
				480	-	-	5.179	1.787	7.446
Total investimento em controladas				(58.079)	(11.248)	440	3.044	1.787	(64.056)

(a) Em 31 de março de 2015 a Companhia apresenta a provisão para perdas em investimentos da controlada Portobello América Inc. no passivo não circulante. A intenção da Administração é de capitalizar a dívida da controlada.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do exercício é a seguinte:

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2014						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	281	54.409	-	(90)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	6.147	10.224	12.381	2.661
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	17.300	16.820	65.004	18.382
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.408	1.694	3.856	560
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	162	230	-	(117)
Em 31 de março de 2015						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	292	65.690	-	(22)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	6.987	10.565	8.375	499
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	25.364	19.705	15.564	5.179
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.906	2.074	1.391	117
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	4.971	5.542	102	(2.730)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Imobilizado

a) Composição

	Controladora			Consolidado			
	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	
Terrenos		12.141	-	12.141	12.141	13.062	13.062
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	123.905	(23.949)	99.956	100.944	99.733	100.844
Máquinas e equipamentos	7%	372.840	(241.810)	131.030	135.008	131.030	135.008
Móveis e utensílios	10%	8.832	(7.863)	969	1.018	993	1.041
Computadores	20%	15.501	(13.160)	2.341	1.861	2.369	1.891
Outras imobilizações	20%	209	(171)	38	41	2.498	1.973
Imobilizações em andamento (a)		171.275	-	171.275	136.438	174.435	138.766
		704.703	(286.953)	417.750	387.451	424.120	392.585

(a) O saldo de imobilizações em andamento é composto substancialmente pela construção da planta fabril em Alagoas, sendo que esta representa 97% do total de imobilização em andamento.

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição, (vide nota explicativa nº 29e).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisões das taxas, e a última alteração foi realizada em 2013.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora											
	31 de dezembro de 2013					31 de dezembro de 2014					31 de março de 2015	
	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	-	4.815	(3.832)	-	-	100.944	-	(988)	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	139.409	971	10.656	(16.028)	-	135.008	82	(4.060)	-	-	-	-
Móveis e utensílios	960	298	-	(240)	-	1.018	9	(58)	-	-	-	-
Computadores	1.702	779	-	(620)	-	1.861	660	(180)	-	-	-	-
Outras imobilizações	15	36	-	(10)	-	41	-	(3)	-	-	-	-
Imobilizações em andamento	10.236	141.673	(15.471)	-	-	136.438	34.837	-	-	-	-	-
	264.424	143.757	-	(20.730)	-	387.451	35.588	(5.289)	-	-	-	-

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado										
	31 de dezembro de 2013					31 de dezembro de 2014					31 de março de 2015
	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas			
Terrenos	12.518	544	-	-	-	13.062	-	-	-	-	13.062
Edificações e benfeitorias	100.075	-	4.815	(4.046)	-	100.844	-	-	(1.111)	-	99.733
Máquinas e equipamentos	139.409	971	10.656	(16.028)	-	135.008	82	-	(4.060)	-	131.030
Móveis e utensílios	1.045	364	-	(262)	(106)	1.041	11	-	(59)	-	993
Computadores	1.747	782	-	(633)	(5)	1.891	660	-	(182)	-	2.369
Outras imobilizações	540	270	1.173	(10)	-	1.973	-	528	(3)	-	2.498
Imobilizações em andamento	10.238	145.172	(16.644)	-	-	138.766	36.197	(528)	-	-	174.435
	265.572	148.103	-	(20.979)	(111)	392.585	36.950	-	(5.415)	-	424.120

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
	Custo dos produtos vendidos	4.638	4.757	4.638
Despesa comercial	433	401	556	447
Despesa administrativa	218	156	221	162
	5.289	5.314	5.415	5.366

18 Intangível

a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	20%	12.358	(12.235)	123	139	123
Direito de exploração de jazidas	20%	2.015	(1.000)	1.015	50	1.445
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	150
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	4.240
Softwares em desenvolvimento	-	3.483	-	3.483	2.803	3.483
Sistema de gestão (a)	21%	18.886	(6.380)	12.506	13.495	12.506
		36.892	(19.615)	17.277	16.637	21.947
						21.321

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação do intangível

	Controladora						
	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2014			31 de março de 2015
	Adições	Amortizações	Adições	Amortizações			
Softwares	208	-	(69)	139	-	(16)	123
Direito exploração de jazidas	250	-	(200)	50	1.015	(50)	1.015
Marcas e patentes	150	-	-	150	-	-	150
Softwares em desenvolvimento	-	2.803	-	2.803	680	-	3.483
Sistema de gestão	17.450	-	(3.955)	13.495	-	(989)	12.506
	18.058	2.803	(4.224)	16.637	1.695	(1.055)	17.277

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2013	Amortizações		31 de dezembro de 2014	Amortizações		31 de março de 2015
	Adições	ç ões	Baixas	Adições	ç ões		
Softwares	208	-	(69)	-	139	-	123
Direito exploração de jazidas	746	-	(252)	-	494	1.014	1.445
Marcas e patentes	150	-	-	-	150	-	150
Fundo de comércio	190	4.130	-	(80)	4.240	-	4.240
Softwares em desenvolvimento	-	2.803	-	-	2.803	680	3.483
Sistema de gestão	17.450	-	(3.955)	-	13.495	-	12.506
	18.744	6.933	(4.276)	(80)	21.321	1.694	21.947

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
	Custo dos produtos vendidos	51	139	64
Despesa comercial	704	704	704	704
Despesa administrativa	300	215	300	215
	1.055	1.058	1.068	1.058

c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	2015	2016	2017	2018	Total
Softwares	33	40	40	10	123
Direito de exploração de jazidas	365	449	449	182	1.445
Sistema de gestão	3.036	3.949	3.673	1.848	12.506
	3.434	4.438	4.162	2.040	14.074

Os itens marcas e patentes, fundo de comércio e softwares em desenvolvimento no total de R\$ 7.873 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Mercado interno	118.482	104.210	125.998	105.001
Mercado externo	24.750	45.529	24.750	45.529
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(278)	(157)	(278)	(157)
Circulante	142.954	149.582	150.470	150.373
Mercado interno (a)	36.642	33.287	36.642	33.287
Não circulante	36.642	33.287	36.642	33.287
	179.596	182.869	187.112	183.660

(a) Provisão para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 11

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Vencimentos	Encargos	Controladora		Consolidado		
				31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	
Circulante								
Capital de giro (a)	R\$	Jun/2015	8,00%	a.a. ¹	32.022	3.447	32.022	3.447
Arrendamento financeiro (b)	R\$	Jul/2015	9,57%	a.a. ¹	209	476	209	476
Banco do Nordeste S.A (c)	R\$	Jun/2025	3,00%	a.a.	5.643	1.468	5.643	1.468
Exim Pré-embarque TJ 462 (d)	R\$	Ago/2015	8,00%	a.a. ¹	19.228	30.103	19.228	30.103
BNDES (e)	R\$	Mar/2016	8,45%	a.a. ¹	14.490	15.582	14.490	15.582
Lei nº 4.131 (f) - (nota 5)	R\$	Dez/2017	1,60%	a.a + CDI	15.577	14.589	15.577	14.589
NCE (g)	R\$	Dez/2017	12,50%	a.a. ¹	54.322	47.237	54.322	47.237
Pré-pagamento (h)	US\$	Mai/2018	4,61%	a.a. ¹ +VC+Libor	4.029	3.338	4.029	3.338
PRODEC (i)	R\$	Set/2018	4,00%	a.a.	8.969	7.486	8.969	7.486
FINEP (j)	R\$	Mai/2021	5,55%	a.a. ¹	5.215	5.215	5.215	5.215
DEG (k)	US\$	Out/2021	4,80%	a.a.+VC+Libor	59.116	524	59.116	524
FINAME (l)	R\$	Ago/2023	3,00%	a.a. ¹	278	174	278	174
ACC (m)	US\$	Dez/2015	1,50%	a.a.+VC	37.099	37.306	37.099	37.306
NCE (n) - (nota 5)	US\$	Nov/2017	12,61%	a.a. ¹	10.759	5.777	10.759	5.777
Total do circulante			9,12%	a.a.¹	266.956	172.722	266.956	172.722
Total moeda nacional					155.953	125.777	155.953	125.777
Total moeda estrangeira					111.003	46.945	111.003	46.945
Não circulante								
Capital de giro (a)	R\$	Jun/2015	8,00%	a.a. ¹	-	-	1.038	1.001
Banco do Nordeste S.A (c)	R\$	Jun/2025	3,00%	a.a.	69.363	27.760	69.363	27.760
BNDES (e)	R\$	Mar/2016	8,45%	a.a. ¹	-	2.083	-	2.083
Lei nº 4.131 (f) - (nota 5)	R\$	Dez/2017	1,60%	a.a + CDI	28.571	28.571	28.571	28.571
NCE (g)	R\$	Dez/2017	12,50%	a.a. ¹	98.370	61.017	98.370	61.017
Pré-pagamento (h)	US\$	Mai/2018	4,61%	a.a. ¹ +VC+Libor	9.023	8.301	9.023	8.301
PRODEC (i)	R\$	Set/2018	4,00%	a.a.	35.663	34.738	35.663	34.738
FINEP (j)	R\$	Mai/2021	5,55%	a.a. ¹	25.506	26.794	25.506	26.794
DEG (k)	US\$	Out/2021	4,80%	a.a.+VC+Libor	-	47.812	-	47.812
FINAME (l)	R\$	Ago/2023	3,00%	a.a. ¹	3.082	3.186	3.082	3.186
NCE (n) - (nota 5)	US\$	Nov/2017	12,61%	a.a. ¹	37.425	33.383	37.425	33.383
Total do não circulante			8,33%	a.a.¹	307.003	273.645	308.041	274.646
Total moeda nacional					260.555	184.149	261.593	185.150
Total moeda estrangeira					46.448	89.496	46.448	89.496
Total Geral			8,62%	a.a.¹	573.959	446.367	574.997	447.368
Total moeda nacional					416.508	309.926	417.546	310.927
Total moeda estrangeira					157.451	136.441	157.451	136.441

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

CDI - Certificados de Depósito Interbancário

LIBOR - London Interbank Offered Rate

a) Capital de Giro – contratos de capital de giro celebrados em:

(i) maio de 2014, no valor de R\$ 4 milhões, com vencimento em 13 parcelas mensais, sendo a primeira em julho de 2014. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 25% sobre o saldo devedor do contrato.

(ii) fevereiro de 2015, no valor de R\$ 20 milhões, com vencimento em fevereiro de 2016, operação *bullet* e *clean* no que se refere a garantias.

(iii) março de 2015, no valor de R\$ 10 milhões, com vencimento em setembro de 2015, operação *bullet* e *clean* no que se refere a garantias.

b) Arrendamento Financeiro – contratos celebrados em:

(i) maio de 2012 junto ao SG Equipment Finance S.A. no valor de R\$ 2,5 milhões, com prazo de 36 meses; e

(ii) julho de 2012, junto a HP Hewlett Packard no valor de R\$ 450 mil com prazo de 36 meses. Para ambos os contratos foram dados como garantias os bens financiados.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Banco Nordeste S.A. – contrato celebrado em junho de 2013, no valor de R\$ 147,7 milhões. A primeira parte do financiamento foi liberada pelo Banco em agosto de 2014 no valor de R\$ 29,2 milhões, e a segunda parcela liberada em janeiro de 2015, no valor de R\$ 45,7 milhões. O contrato possui vencimento em 8 anos com 2 anos de carência, sendo a primeira parcela de principal a ser paga em julho de 2015. Para esse contrato foram dados como garantias, hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos.

d) Exim Pré-Embarque – contratos celebrados em:

(i) agosto de 2013 no montante de R\$ 30 milhões, com vencimento em 12 parcelas mensais, sendo a primeira em setembro de 2014 - como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato; e

(ii) setembro de 2013, no valor de R\$ 20 milhões, com vencimento em 18 parcelas mensais, sendo a primeira em abril de 2014 - como garantia foram dados 100% penhor mercantil e hipoteca de imóveis da Portobello S.A.

e) BNDES (Progeren) – contrato celebrado em:

(i) janeiro de 2013, no valor de R\$ 20 milhões com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas (sem cláusulas restritivas, sem garantias); e

(ii) março de 2013, no valor de R\$ 10 milhões também com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas (sem cláusulas restritivas, mas foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 40% sobre o saldo devedor do contrato, como garantias).

f) Lei nº 4.131 (Trade Exportador com Swap para CDI) – contrato celebrado em dezembro de 2012 no valor de R\$ 50 milhões, com prazo de pagamento em 60 meses e carência de 24 meses. As amortizações são semestrais e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

g) NCE (Nota de Crédito de Exportação) – contratos celebrados em:

(i) janeiro de 2013 - valor de R\$ 20 milhões, vencimento em 7 parcelas semestrais, a primeira em janeiro de 2015 (garantias: recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% sobre o saldo devedor do contrato);

(ii) abril de 2013 - valor de R\$ 30 milhões, vencimento em 5 parcelas semestrais (abril, outubro de 2014 e 2015 e abril de 2016) (garantias: recebíveis da Portobello S.A no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato);

(iii) março de 2014, no valor de R\$ 28,3 milhões, com vencimento em 36 parcelas mensais, sendo a primeira em abril de 2014 (garantias: recebíveis da Portobello S.A, no valor de 50% sobre o saldo devedor do contrato);

(iv) abril de 2014, no valor de R\$ 15 milhões, com vencimento em 35 parcelas mensais, sendo a primeira em maio de 2014 (garantias: recebíveis da Portobello S.A, no valor de 50% sobre o saldo devedor do contrato); e

(v) maio de 2014, no valor de R\$ 15 milhões, com vencimento em 35 parcelas mensais, sendo a primeira em junho de 2014 (garantias: recebíveis da Portobello S.A, no valor de 25% sobre o saldo devedor do contrato).

(vi) setembro de 2014, no valor de R\$ 10 milhões, com vencimento do principal em setembro de 2017 (sem cláusulas restritivas, operação *clean* no que se refere á garantias).

(vii) fevereiro de 2015, no valor de R\$ 50 milhões, com vencimento do principal em fevereiro de 2016 (garantias: recebíveis da Portobello S.A, no valor de 15% sobre o saldo devedor do contrato).

h) Pré-pagamento - contratos celebrados em:

(i) junho de 2013, no valor de U\$ 5.000, vencimento do principal em 16 parcelas e juros em 20 parcelas trimestrais sendo a primeira em setembro de 2013 - como garantia foram dados 100% penhor mercantil.

i) PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (12,58% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

j) FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) – contrato celebrado em:

(i) maio de 2010 no valor de até R\$ 30 milhões, com juros de 5% ao ano e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. A primeira parcela no montante de R\$ 13 milhões foi totalmente liberada em setembro de 2010 e a segunda parcela, no montante de R\$ 5.572, foi liberada em dezembro de 2012.

(ii) julho de 2014 no valor de R\$ 57,3 milhões com juros de 4% ao ano e prazo de 82 meses, sendo 21 meses de carência. A primeira parcela no montante de R\$ 12,6 milhões foi totalmente liberada em julho de 2014.

Para ambos os contratos foi necessária à apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 0,95% ao ano.

k) DEG - Deutsche Investitions – contrato celebrado em maio de 2014, no valor de R\$ 40,3 milhões, com vencimento em 12 parcelas semestrais, sendo o vencimento da primeira parcela de principal em abril de 2016. Para esse contrato foram dados como garantias máquinas e equipamentos e notas promissórias. Este contrato possui cláusulas mínimas de “*covenants*” que não foram cumpridas, assim, em 31 de março de 2015, o montante total está reconhecido no passivo circulante. A Companhia solicitou “*waiver*” à referida instituição financeira, que em 15 de maio de 2015, emitiu carta, informando que o vencimento antecipado está suspenso até 30 de maio de 2015, data em que o referido “*Waiver*” será concedido.

l) FINAME (cédula de crédito industrial) - contratos celebrados em:

(i) maio de 2013 a setembro de 2013 no valor de R\$ 5,5 milhões com vencimento em 96 parcelas mensais e carência de 24 meses;

(ii) janeiro de 2014 no valor de R\$ 577 mil, com vencimento em 96 parcelas mensais e carência de 17 meses. Como garantia foram dados os equipamentos financiados.

m) ACC (Adiantamento de contrato de câmbio) – contratos celebrados em:

(i) dezembro de 2014, nos montantes de R\$ 17,5 milhões com vencimento em 180 dias; e de R\$ 19,9 milhões com vencimento em 360 dias, ambos os contratos apresentam garantias *clean*.

(ii) janeiro de 2015, no montante de R\$ 5,2 milhões com vencimento em 180 dias, contrato apresenta garantia *clean*.

n) NCE (Nota de Crédito de Exportação em USD com Swap para CDI) – contrato celebrado em Novembro de 2014, no valor de R\$ 39,8 milhões, com vencimento em 36 parcelas mensais, sendo a primeira parcela de principal em novembro de 2015. Para este contrato foram dados como garantia recebíveis da Portobello S/A, no valor de 15% sobre o saldo devedor do contrato.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 6) e de controlada (nota explicativa nº 41), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 30.122.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Vencimentos em 1º de abril				
2016	106.671	108.351	107.709	109.352
2017	109.266	85.030	109.266	85.030
2018	31.284	29.432	31.284	29.432
2019 a 2025	59.782	50.833	59.782	50.833
	<u>307.003</u>	<u>273.645</u>	<u>308.041</u>	<u>274.646</u>

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Reais	416.508	309.926	417.546	310.927
Dólares dos Estados Unidos	157.451	136.441	157.451	136.441
	<u>573.959</u>	<u>446.367</u>	<u>574.997</u>	<u>447.368</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

As obrigações de arrendamento financeiro para a controladora e consolidado estão descritas conforme abaixo:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Arrendamento financeiro		
Obrigações brutas (pagamentos mínimos)		
Menos de um ano	856	856
Total	<u>856</u>	<u>856</u>
Encargos de financiamento futuros	(647)	(380)
Valor presente das obrigações	<u>209</u>	<u>476</u>
Valor presente das obrigações		
Menos de um ano	209	476
Total	<u>209</u>	<u>476</u>

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Parcelamento de obrigações tributárias

	Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
		Data	Parcelas a vencer		
Portobello S.A.	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	115	83.556	84.187
Total Controladora				83.556	84.187
Portobello Shop S.A.	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	115	569	573
Total Controlada				569	573
Total Consolidado				84.125	84.760

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Vencimento				
2015	6.271	8.300	6.315	8.358
2016 a 2023 (*)	69.992	68.728	70.464	69.192
2024	7.293	7.159	7.346	7.210
	83.556	84.187	84.125	84.760
Circulante	8.458	8.300	8.518	8.358
Não circulante	75.098	75.887	75.607	76.402

(*) De 2016 a 2023 as parcelas anuais serão de R\$ 8.749 e R\$ 8.591 para a Controladora e R\$ 8.808 e R\$ 8.649 para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 22).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 734 sem atraso superior a três meses, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Douta Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas nas notas explicativas nº 14 e nº 15. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese remota de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 18.172 em 31 de março de 2015, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 15.

23 Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de março de 2015 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
IRRF	1.168	1.747	1.439	1.997
ICMS	7.886	6.176	7.890	6.166
PIS/COFINS	2.632	169	3.281	739
Outros	339	366	539	535
	<u>12.025</u>	<u>8.458</u>	<u>13.149</u>	<u>9.437</u>

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Cíveis	6.573	6.321	6.666	6.388
Trabalhistas	18.367	17.322	18.367	17.322
Tributárias	6.212	4.020	6.212	4.020
	<u>31.152</u>	<u>27.663</u>	<u>31.245</u>	<u>27.730</u>
Circulante	19.130	17.925	19.173	17.966
Não Circulante	12.022	9.738	12.072	9.764

As contingências classificadas no circulante são provenientes de análise jurídica e que tem expectativa de realização menor que 12 meses.

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2014	6.321	17.322	4.020	27.663
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	259	1.079	2.192	3.530
Provisões adicionais	69	489	2.129	2.687
Reversões por não utilização	(27)	(127)	-	(154)
Atualização monetária (nota 34)	217	717	63	997
Reversões por realização	(7)	(34)	-	(41)
Em 31 de março de 2015	<u>6.573</u>	<u>18.367</u>	<u>6.212</u>	<u>31.152</u>

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2014	6.388	17.322	4.020	27.730
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	303	1.079	2.192	3.574
Provisões adicionais	101	489	2.129	2.719
Reversões por não utilização	(27)	(127)	-	(154)
Atualização monetária (nota 34)	229	717	63	1.009
Reversões por realização	(25)	(34)	-	(59)
Em 31 de março de 2015	<u>6.666</u>	<u>18.367</u>	<u>6.212</u>	<u>31.245</u>

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 185 ações cíveis (185 ações em 31 de dezembro de 2014), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 11).

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 390 reclamações trabalhistas (378 reclamações em 31 de dezembro de 2014), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se, preponderantemente, na postulação do adicional de insalubridade, matéria já pacificada no TRT da 12ª Região em favor da Companhia. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 11).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCR e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

Tributárias

a) INSS sobre Cooperativas

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando ao recolhimento da contribuição, mas entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas, com base nisso pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 31 de março de 2015 soma R\$ 2.646 (R\$ 2.567 em 31 de dezembro de 2014).

b) Exclusão do ICMS da base de calculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de calculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS. A Receita Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a alteração da base de calculo em relevo, e o montante até 31 de março de 2015 é de R\$ 2.051.

Os saldos das provisões para contingencias tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC do período.

25 Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Cíveis	2.109	2.109	2.353	2.353
Trabalhistas	12.392	11.840	12.392	11.840
	14.501	13.949	14.745	14.193

a) Processo Administrativo nº 10983.721445/2014-78

Em 08 de dezembro de 2014, a Portobello S/A foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a Portobello teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Portobello apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da Companhia tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73 milhões como passivos potenciais.

26 Contas a pagar de investimentos

A Companhia apresenta um saldo de R\$ 8.932 (R\$21.466 em 31 de dezembro de 2014) no passivo circulante que se refere aos investimentos que estão sendo realizados com a construção da planta fabril em Alagoas. Este saldo estava classificado na rubrica de fornecedores, e devido a sua materialidade, foi reclassificado para conta específica.

27 Benefícios a empregados

27.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 35 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora
	31 de março de 2015 e 2014
Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	6% a.a. (real)
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a. (real)
Crescimentos salariais futuros	2% a.a. (real) até 47 anos
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	2% a.a. (real) a partir de 48 anos
Inflação	Desconsiderada
Fator de capacidade	
Salários	100%
Benefícios	100%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	Exp. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas

27.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Remuneração	27.504	23.509	30.380	25.192
Benefícios				
Plano de previdência	269	229	286	247
FGTS	2.280	1.921	2.561	2.131
Outros	3.551	2.743	3.785	2.839
Total	33.604	28.402	37.012	30.409

28 Incentivo de longo prazo

Diante da perspectiva de criação de valor para negócio foi instituído e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2012, o incentivo de longo prazo (ILP). Este consiste em um programa de meritocracia que visa atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na Companhia, alinhar os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular permanência nos cargos.

São elegíveis ao ILP diretores e gerentes com classificações de desempenho acima da média, conforme política interna de avaliação de performance, e que mediante a assinatura de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa.

No contrato de adesão é definido o número de títulos que cada participante receberá. Os títulos são chamados figurativamente de “ações referência” e não são negociados em mercado de balcão. A “valorização” dos títulos anualmente é calculada pelo desempenho do ebitda¹ e da relação entre ebitda e dívida líquida².

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O pagamento será feito em três parcelas anuais (2015, 2016, 2017) com diferimento de dois anos no início do período (2013 e 2014). A liquidação será completa após cinco anos do reconhecimento inicial (2017) e a Companhia fará o pagamento, através de valores monetários em valor proporcional aos valores apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012 e o valor presente da obrigação em 31 de março de 2015 é R\$ 10.368 na controladora e R\$ 11.145 no consolidado (R\$ 9.565 na controladora e R\$ 10.249 no consolidado em 31 de dezembro de 2014).

¹lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização

² empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários.

29 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2015 a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 76.565 (R\$ 76.565 em 31 de dezembro de 2014), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.158.488.517 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 31 de março de 2015 havia 72.799.371 ações em circulação, o equivalente a 45,93% do total de ações emitidas (72.819.371 em 31 de dezembro de 2014, equivalente a 45,95% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de março de 2015, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 12.481 (idem em 31 de dezembro de 2014) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Reserva de retenção de lucros

O montante de R\$ 66.201 refere-se ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 30 de abril de 2014, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

d) Reserva de lucros a destinar

O montante da "Reserva de lucros a destinar" em 31 de março de 2015 é de R\$ 42.869 refere-se ao saldo remanescente de lucros acumulados do exercício de 2014, após a destinação de 5% para reserva legal, 25% de dividendos mínimos obrigatórios e dos dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 22.198 aprovados na assembleia geral ordinária, realizada em 30 de abril de 2015.

Os Administradores da Companhia propuseram em Assembleia Geral a destinação das reservas em observância aos artigos 199 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

e) Ajuste de avaliação patrimonial – Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia registrou um valor complementar de R\$ 2.517 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo reavaliado dos terrenos, visto que em 2006 quando a reavaliação foi realizada, a legislação não permitia a incidência. O ICPC 10 orienta as Companhias a constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos quando "é provável que os benefícios econômicos associados ao ativo não depreciável irão se reverter para a própria entidade, sejam estes derivados da venda atual, da venda futura ou do próprio uso do ativo". O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial de terrenos, construções e benfeitorias estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 13(b).

Considerando o complemento do ajuste de avaliação patrimonial, aprovados pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 39.157 em 31 de março de 2015 (R\$ 39.457 em 31 de dezembro de 2014), a despesa de depreciação da reavaliação, no trimestre findo em 31 de março de 2015 foi de R\$ 300 (R\$ 393 em 31 de março de 2014), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial registrado no passivo não circulante é de R\$ 20.172 (R\$ 20.326 em 31 de dezembro de 2014), vide nota explicativa nº 13(b).

30 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2015, é como segue.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Receita bruta de vendas	284.389	245.621	305.231	262.080
Deduções da receita bruta	(60.994)	(53.716)	(63.875)	(55.540)
Impostos sobre vendas	(54.544)	(47.034)	(57.092)	(48.819)
Devoluções	(6.450)	(6.682)	(6.783)	(6.721)
Receita líquida de vendas	223.395	191.905	241.356	206.540
Mercado interno	195.405	171.903	211.730	184.947
Mercado externo	27.990	20.002	29.626	21.593

31 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o trimestre findo em 31 de março de 2015 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(6.863)	(22.925)	(6.861)	(22.925)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	74.388	74.310	72.993	73.332
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	10.979	9.195	10.979	9.195
Custo das mercadorias revendidas	43.197	43.480	44.028	43.898
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	1.194	743	1.194	743
Salários, encargos e benefícios a empregados	37.923	32.256	42.076	34.685
Mão de obra e serviços de terceiros	7.626	4.869	8.459	6.732
Amortização e depreciação	6.344	6.237	6.484	6.289
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	1.982	2.433	2.773	2.581
Comissões sobre vendas	5.611	5.173	5.905	5.225
Despesas com marketing e publicidade	1.251	1.798	2.687	3.570
Outras despesas comerciais	8.649	7.305	10.485	8.062
Outras despesas administrativas	1.296	950	1.348	1.001
Total	193.577	165.824	202.550	172.388

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

32 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2015 é a seguinte:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	36	532	33	157
Outras receitas	129	151	133	154
Total	165	683	166	311
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 24)	(492)	(342)	(534)	(352)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 28)	(802)	(1.106)	(931)	(1.200)
Provisão para participação no resultado (a)	(2.587)	(3.026)	(3.028)	(3.314)
Despesas pré operacionais Fábrica Alagoas	(1.453)	(734)	(3.602)	(734)
Outras despesas	(219)	(218)	(183)	(222)
Total	(5.553)	(5.426)	(8.278)	(5.822)
Total líquido	(5.388)	(4.743)	(8.112)	(5.511)

(a) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

33 Outros ganhos (perdas), líquidos

A variação cambial líquida operacional registrada sob a rubrica de outros ganhos (perdas) líquidos, controladora e consolidado para o trimestre findo em 31 de março de 2015 e 2014 apresentou ganho de R\$ 8.311 e perda de R\$ 2.287, respectivamente.

34 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do trimestre findo em 31 de março de 2015 é o seguinte:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Receitas financeiras				
Juros	2.887	1.009	3.051	1.088
Atualização de ativos	2.473	4.201	2.473	4.201
Ganho com operação de derivativos (a)	7.840	-	7.840	-
Outros	181	145	206	152
Total	13.381	5.355	13.570	5.441
Despesas financeiras				
Juros	(7.985)	(6.253)	(8.041)	(6.355)
Encargos financeiros com tributos	(1.594)	(2.128)	(1.606)	(2.146)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 24)	(1.008)	(734)	(1.011)	(736)
Imposto de renda sob juros e IOF (b)	(2.558)	(603)	(2.561)	(621)
Outros	(1.926)	(553)	(2.040)	(567)
Total	(15.071)	(10.271)	(15.259)	(10.425)
Variação cambial líquida				
Empréstimos e financiamentos	(20.526)	433	(20.526)	433
Total	(20.526)	433	(20.526)	433
Total líquido	(22.216)	(4.483)	(22.215)	(4.551)

(a) Provisão do resultado das operação de derivativos, conforme detalhadas na nota explicativa 5.

(b) Provisão de juros sobre IR considerando o ganho das operações de derivativos.

35 Resultado de operações descontinuadas

Em agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contida para os próximos anos. O ativo já está todo desmobilizado e os principais ativos e passivos desta unidade, para o trimestre findo em 31 de março de 2015, são as disponibilidades R\$ 292 (R\$ 281 em 31 de dezembro de 2014), dívidas com pessoas ligadas R\$ 65.690 (R\$ 54.409 em 31 de dezembro de 2014), e patrimônio líquido negativo de R\$ 65.398 (R\$ 54.128 em 31 de dezembro de 2014).

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc., (nota explicativa nº 16), considera a porção das operações da Controladora na operação descontinuada. No primeiro trimestre de 2015, o resultado das operações descontinuadas foi um prejuízo de R\$ 22 (prejuízo de R\$ 20 em 31 de março de 2014), representado por algumas despesas administrativas ocorridas nesse trimestre.

36 Lucro por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	10.784	14.550	10.784	14.550
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489	158.489	158.489
Lucro básico por ação	0,07	0,09	0,07	0,09
Resultado das operações continuadas	10.784	14.550	10.806	14.570
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(22)	(20)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489	158.489	158.489
Resultado das operações continuadas por ação	0,06804	0,09180	0,06818	0,09193
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	(0,00014)	(0,00013)

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores. O mesmo critério foi utilizado para os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

37 Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou em 07 de agosto de 2014 o pagamento antecipado no exercício de 2014, no montante de R\$ 6.447 (R\$ 5.710 líquido de imposto de renda), a título de juros sobre capital próprio. Os pagamentos foram iniciados em 26 de setembro de 2014, correspondente ao valor de R\$ 0,040674 por ação ordinária (R\$ 0,036028 líquido de imposto de renda).

A Assembleia Geral Ordinária aprovou em 30 de abril de 2015, o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 22.198. Assim o total distribuído em 2014 foi R\$ 44.396 corresponde a 50% do lucro líquido ajustado referente o exercício de 2014. O montante que resta a pagar aos acionistas é de R\$ 38.686 mil, que corresponde a R\$ 0,244090 por ação, cuja data de pagamento será deliberada oportunamente através de aviso aos acionistas.

38 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de março de 2015			Em 31 de março de 2014		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	211.730	29.626	241.356	184.947	21.593	206.540
Custo dos produtos vendidos	(131.695)	(18.470)	(150.165)	(116.153)	(13.554)	(129.707)
Lucro operacional bruto	80.035	11.156	91.191	68.794	8.039	76.833
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(45.767)	(6.419)	(52.186)	(45.204)	(5.275)	(50.479)
Vendas, gerais e administrativas	(45.942)	(6.443)	(52.385)	(38.221)	(4.460)	(42.681)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.114)	(998)	(8.112)	(4.935)	(576)	(5.511)
Outros ganhos (perdas), líquidos	7.289	1.022	8.311	(2.048)	(239)	(2.287)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	34.268	4.737	39.005	23.590	2.764	26.354
% sobre a ROL	16%	16%	16%	13%	13%	13%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

39 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado em 31 de março de 2015, somam o montante de R\$ 684.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a aquisição de veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são de R\$ 891 e R\$ 1.168 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 316 e R\$ 367 respectivamente.

40 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de março de 2015 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza era de R\$ 84.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 25.000, lucros cessantes no valor de R\$ 51.115 e danos elétricos, tumultos e responsabilidade civil no montante de R\$ 5.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 14 de abril de 2015 até 13 de abril de 2016.

A Companhia também possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a AIG Seguros Brasil S/A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10 milhões, com vigência de 26 de agosto de 2014 até 26 de agosto de 2015.

Adicionalmente a Companhia contratou uma apólice com a Fairfax Brasil, referente a prestação de garantia na reclamação trabalhista nº 0234100-60.1998.5.05.0015 no valor de R\$ 33.548, vigente de 24 de junho de 2014 até 24 de junho de 2017.

41 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	9.472	9.472
Contas a receber	Portobello América, Inc.	65.681	54.383
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	5.099	5.947
Mútuo	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	-	1.092
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	-	3
Créditos com Controladas - Não Circulante		70.780	61.425
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	90.534	88.893
Passivo			
Dividendos antecipados	Portobello Shop S.A.	-	6.461
Outras transações			
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	1.741	1.451
Contas a receber - líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	406	44
Contas a receber - líquido de adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	334	293
		2.481	1.788

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Receitas			
Prestação de serviços	Portobello Shop S.A.	-	1.497
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	4.785	4.354
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	1.925	2.181
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	3.726	686
Despesas			
Custo dos serviços prestados	Portobello Shop S.A.	-	(1.124)
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(1.394)	(978)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(114)	(105)
		8.928	6.511

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 20).

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	Natureza	31 de março de 2015	31 de março de 2014
	Ativo			Receitas		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	484	353	Royalties	1.197	1.139
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	194	149	Royalties	516	575
		678	502		1.713	1.714

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no trimestre findo em 31 de março de 2015 e 2014 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Remuneração fixa				
Salários	2.586	2.344	3.059	2.813
Honorários	1.078	926	1.078	926
Remuneração variável	355	4.150	421	4.405
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	217	183	229	197
Outros	354	312	418	374
Benefícios por desligamento	51	-	51	-
	4.641	7.915	5.256	8.715

A variação da remuneração variável se deve aos períodos de pagamento da mesma, que ocorreu respectivamente em março de 2014 e abril de 2015.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

Projeções divulgadas e premissas

a) Objeto da projeção

Investimento na expansão e modernização da unidade fabril em Tijucas com a substituição de uma linha de produção que será voltada ao porcelanato esmaltado de grandes formatos.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Crescimento projetado com início no segundo semestre de 2013.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

O aumento do volume de produção projetado para o segundo semestre de 2013 baseia-se na instalação de um novo forno com incremento da produção na ordem de 4,6 milhões m²/ano.

Estima-se que, em 2014, quando a linha estará operando na sua total capacidade produtiva, a nova unidade gere uma receita de R\$ 141 milhões ao ano.

A meta de crescimento em 2013 da Portobello é de 20% e baseia-se nos dados dos últimos 5 anos, haja vista que, segundo os dados de entidades setoriais (ABRAMAT, ANFACER, ANAMACO e IBGE), o setor de revestimentos cerâmicos deve apresentar em 2013 crescimento de 6 a 7%.

Todas as premissas consideradas estão sujeitas a fatores de influência externa, que fogem do controle da administração da Companhia e podem impactar as projeções divulgadas.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Projeções	Valores estimados
Investimento na expansão e modernização unidade fabril em Tijucas	R\$ 86 milhões
Capacidade produtiva da nova linha	4,6 milhões m ² /ano
Receita líquida da nova linha estimada para 2014	R\$ 141 milhões
Meta de crescimento em 2013	20%

Além das projeções divulgadas acima, a Portobello está estudando a implantação de uma unidade industrial, com localização prevista para o estado de Alagoas. Inicialmente estima-se um investimento em torno de R\$ 205 milhões, embora esse estudo ainda não tenha sido concluído.

Vale ressaltar que os valores apresentados acima são meramente estimativas, e de forma alguma constituem promessa de desempenho por parte da Companhia ou de seus administradores.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.

Não houve alterações nas projeções anteriormente divulgadas.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

As projeções divulgadas foram totalmente realizadas:

Projeções	Valores estimados	Valores realizados
Investimento na expansão e modernização unidade fabril em Tijucas	R\$ 86 milhões	R\$ 87 milhões
Meta de crescimento em 2013	20%	20%
Capacidade produtiva da nova linha	4,6 milhões m ² /ano	4,2 milhões m ² /ano
Receita líquida da nova linha estimada para 2014	R\$ 141 milhões	R\$ 115 milhões

Os investimentos em expansão e modernização da unidade fabril em Tijucas ficaram dentro do planejamento da Companhia e a variação decorre das oscilações do mercado.

O desempenho da Companhia em 2013 atingiu novo patamar de receita bruta, alcançando a marca histórica de R\$ 1 bilhão e com crescimento consistente mantido em 2014, em média de 20%, quando comparamos a receita líquida dos últimos 5 anos.

A capacidade produtiva da nova linha de produção prevista em 4,6 milhões m²/ano permanece como capacidade total, sendo que no exercício de 2014 atingimos o montante de 4,2 milhões. Já a receita líquida atingiu o montante de R\$ 115 milhões sendo que a variação decorre de preços praticados em relação ao inicialmente projetado, oriundos de fatores de mercado.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar porque elas foram abandonadas ou substituídas.

A projeção relacionada à unidade industrial no estado do Alagoas esta em fase de construção, portanto, a projeção permanece válida, pois o projeto ainda não foi concluído.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores e Acionistas da

Portobello S.A.

Tijucas - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Portobello S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 15 de Maio de 2015.

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da Portobello S.A., declara que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2015; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2015.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 15 de maio de 2015.

Cesar Gomes Júnior

Cláudio Ávila da Silva

John Shojiro Suzuki

Mauro do Valle Pereira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da Portobello S.A., declara que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2015; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2015.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 15 de maio de 2015.

Cesar Gomes Júnior

Cláudio Ávila da Silva

John Shojiro Suzuki

Mauro do Valle Pereira

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Correção de uma linha na tabela de Passivo do Relatório da Administração.
3	Correção de um valor no campo de investimento do Relatório da Administração.